

CORREIO ECONÔMICO

Reprodução site Passagens Baratas



Anúncio de plano de reestruturação 'turbinou' aérea

Anúncio de aporte faz ações da Gol 'decolarem'

A reação positiva do mercado ao anúncio da adoção de um plano de reestruturação da Gol, que prevê um aporte de capital de até US\$ 1,7 bilhão – mediante a conversão de parte de seu endividamento em ações – fez com que as ações da Gol (GOLL4) 'decolassem', encerrando a sessão com valorização de 12%, cotadas a R\$ 1,40.

O chefe de renda va-

riável da Faz Capital, Alexandre Pletes destaca no acordo, a conversão em ações de uma dívida do Abra Group, controlador da companhia. De um total de US\$ 2,8 bilhões, a Abra vai receber US\$ 1 bilhão em ações.

Outro aspecto enfatizado por Pletes é no sentido de que a aérea vai levantar um capital importante para dar liquidez, de quase US\$ 2 bi.

Recuperação

Já na avaliação do especialista em renda variável da Davos Investimentos, Marcelo Boragini, o plano apresentado pela aérea marca "um passo importante na recuperação da Gol, uma vez que visa a estabilidade e fortalecimento do negócio, pensando para o longo prazo".

Aporte

Na véspera, a aérea informou que registrará, nos EUA, um plano inicial de reestruturação, com aporte de capital que fortalece suas operações. Este é o próximo passo, após o Acordo de Apoio ao Plano de Reestruturação (PSA) entre a Gol e a sua principal credora Abra.



Reprodução Portal Tela

Fundo Verde e Paten são os destaques do projeto

Senado aprova programa de transição energética

A criação do Fundo Verde – a ser administrado pelo BNDES, abastecido por meio de créditos que as empresas tenham com o governo – e o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para financiamento de projetos do PATEN.

Estes são os principais avanços do projeto, aprovado pelo Senado Federal,

que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten).

Os montantes dos fundos serão utilizados como garantia para facilitar o acesso das empresas aos financiamentos dos bancos, e investir em tecnologias novas verdes. O Senado manteve o crédito especial à expansão da produção de gás natural.

Avanços

Para o relator da matéria, senador Laercio Oliveira (PP-SE), "tivemos avanços significativos nas agendas relacionadas ao setor de energia e à transição ecológica, com destaque para iniciativas como o Combustível do Futuro, o Hidrogênio e o mercado de carbono.

Alinhamento

Segundo a Fazenda, a criação do Marco Legal dos Seguros, sancionado pela Presidência, nessa terça (10), o Brasil se alinha a países como Alemanha, Bélgica, Reino Unido e Japão, "cujas reformas dos arcabouços jurídicos impulsionaram o crescimento econômico do setor".

Créditos

O Fundo Verde oferece a possibilidade de empresas utilizarem créditos que possuam junto à União, muitas vezes parados, convertendo-os em cotas do Fundo, para prestação de garantia perante as instituições financeiras e, com isso, baratear o custo do financiamento.

Normas claras

O novo marco fixa normas claras para os contratos e adota um modelo dual que combina a lei com a atuação da autoridade reguladora. Segundo a Fazenda, com a legislação, fica proibida a inclusão de cláusula para extinção unilateral do contrato pela seguradora.

IBGE replica boletim Focus e já projeta IPCA a 4,87%

Acumulado dos últimos 12 meses supera teto da meta (4,5%)

Por Marcello Sigwalt

Em sinergia com as projeções apresentadas pelo mercado – por meio do boletim Focus, consulta semanal do Banco Central (BC) às 100 maiores instituições financeiras nacionais – o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) subiu 0,39% em novembro último, uma queda de 0,17 ponto percentual para a variação de outubro (0,56%), mas já acumula uma alta de 4,29% no ano e de 4,87%, nos últimos 12 meses.

Tal resultado foi determinado pelo forte avanço do grupo Alimentação e bebidas (1,55%), como reflexo da alta de 8,02% das carnes, além da elevação de 0,89% do grupo Transportes, em decorrência do aumento 'caval' de 22,65% da passagem aérea.

Ao mesmo tempo, o encarecimento de 1,43% do grupo Despesas pessoais teve influência da majoração de 14,91% do cigarro.



Helena Pontes - Agência IBGE de notícias

Subitem que mais pressionou alimentação, carne foi a grande 'vilã' da alta do IPCA em novembro

No que toca ao peso no indicador geral, a variação do grupo Alimentação e bebidas foi de 0,33 pontos percentuais (p.p.), com destaque para os subitens, contrafile, alcatra, refeição, óleo de soja e costela pressionaram para este

aumento, com o impacto de 0,03 p.p. cada.

Para o gerente do IPCA e INPC, André Almeida, a "alta dos alimentícios foi influenciada, principalmente, pelas carnes, que subiram mais de 8% em novembro. A menor

oferta de animais para abate e o maior volume de exportações reduziram a oferta do produto".

Pressionado pelo subitem passagem aérea (+22,65% e 'peso' de 0,13 p.p. (maior impacto individual), o grupo de Transportes cresceu 0,89%.

Ônibus urbano 'pressionou' Transportes

Também influenciou na alta de 0,89% dos Transportes, a elevação de 3,64% do subitem ônibus urbano, após gratuidades concedidas nas passagens nos dias de eleições municipais em diversas áreas de abrangência da pesquisa no mês de outubro. Em São Paulo, foram registradas reduções de -0,43% no trem e no metrô, decorrentes da apropriação da gratuidade concedida a toda população nos dias de realização das pro-

vas do ENEM.

Em Despesas Pessoais (1,43% e 0,14 p.p.), o resultado foi influenciado principalmente pelo cigarro (14,91% e 0,07 p.p.). Em 1º de novembro, houve aumento da alíquota específica do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre cigarros. Altas também foram observadas nos subitens pacote turístico (4,12%) e hospedagem (2,20%). Por outro lado, a maior queda registrada

em novembro veio de Habitação, com taxa de -1,53% e -0,24 p.p. de impacto no índice geral. O resultado foi impactado pelo subitem energia elétrica residencial, que caiu 6,27% em novembro, com a vigência da bandeira tarifária amarela a partir de 1º de novembro, que acrescentou R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos.

Além disso, foram verificados os seguintes reajustes tarifários: de 4,97% em Goiânia

(-2,13%), a partir de 22 de outubro; redução de 2,98% em Brasília (-9,30%), a partir de 22 de outubro; e redução de 2,88% em uma das concessionárias de São Paulo (-7,23%), a partir de 23 de outubro.

Regionalmente, a maior variação ocorreu em Rio Branco (0,92%), devido à alta das carnes (8,04%). Porto Alegre teve a menor variação (0,03%), pelo recuo da energia elétrica residencial (-7,67%).

Bolsa crava segunda alta e sobe 0,8%

Reprodução Revista News



Bolsa exibe 2ª alta seguida, ante à decisão do Copom

O Ibovespa engrenou o segundo dia de recuperação após a perda de 1,50% na última sexta-feira, neutralizando assim o revés do fechamento da semana passada. Tendo avançado 1% ontem, o índice da B3 subiu nesta terça-feira 0,80%, aos 128.228,49 pontos, no maior nível de encerramento desde 26 de novembro, então perto dos 130 mil. Hoje, oscilou dos 127.212,63, mínima da abertura, até os 128.510,52 pontos, na máxima da sessão, com giro financeiro a R\$ 19,1 bilhões.

Na semana, sobe 1,81%, e, no mês, ganha 2,04%, reduzindo a perda do ano a 4,44%. Das últimas quatro sessões, o índice conseguiu avançar em três delas, sem se distanciar dos 127 mil pontos nos melhores momentos – à exceção de hoje, de volta aos 128 mil – e tocando a faixa dos 125 mil, no pior do intervalo, na sexta-feira.

Em dia de descompressão

na curva de juros doméstica e, em alguma medida, também no câmbio – ainda a R\$ 6,04, em baixa de 0,57% na sessão –, a alta do Ibovespa foi conduzida hoje por Petrobras (ON +0,86%, PN +0,37%) e pelas ações de grandes bancos, com destaque para Bradesco (ON +1,62%,

PN +1,96%). A principal ação do índice, Vale ON, devolveu uma pequena parte do ganho superior a 5% visto ontem – em baixa de 0,10% no fechamento desta terça-feira. Na ponta vencedora do Ibovespa, destaque para Vamos (+12,08%), Carrefour (+7,67%) e Petz

(+7,61%). No lado oposto, JBS (-3,91%), BRF (-3,28%) e Suzano (-3,06%).

Ponto alto da agenda de dados do dia, o IPCA de novembro a 0,39% ficou um pouco acima da expectativa, mas bem abaixo da variação de outubro, então a 0,56% – o que trouxe efeito benéfico para o câmbio e a curva do DI desde a manhã, com fechamento em todos os vértices à exceção do janeiro de 2025, observa Inácio Alves, analista da Melver. A mais recente leitura sobre a inflação oficial do País coloca o acumulado em 12 meses a 4,87%, como em outubro acima do teto da meta oficial, de 4,50%, destaca Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research.

Assim, a expectativa é de que o Comitê de Política Monetária (Copom) coloque a taxa de juros de referência a 12% ou 12,25% ao ano no fechamento de 2024.

Melhora de risco fiscal derruba os futuros

Os juros futuros fecharam a terça-feira, 10, em forte queda, num movimento de correção em função da melhora na avaliação de risco fiscal de curto e de longo prazo, respectivamente, via sinalização da Câmara sobre o pacote de corte de gastos e percepção de que o cenário eleitoral estará mais aberto para 2026 caso Lula – que hoje passou por uma cirurgia craniana – esteja fora da disputa. O recuo das taxas se deu na con-

tramão da abertura da curva americana e da leitura negativa do IPCA de novembro.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 fechou em 14,37%, de 14,55% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2027 caiu de 14,99% para 14,64% (mínima). O DI para janeiro de 2029 terminou com taxa de 14,23% (mínima), ante 14,70% ontem.

As taxas toda estiveram em

baixa, mas a ponta longa se destacou em função da melhora na percepção de risco fiscal.

A economista-chefe da Mirae Asset, Marianna Costa, explica que a curva vinha muito esticada nas últimas duas sessões diante dos temores de que a votação das medidas fiscais ficasse para 2025, reforçados pela decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de rejeitar o pedido do governo sobre emendas

parlamentares. "Mas a informação de que o governo vai permitir o pagamento de R\$ 6,4 bilhões em emendas aumenta as chances de que alguma coisa passe no Congresso este ano, acalmando os ânimos", disse.

No fim do dia, as taxas voltaram a renovar mínimas, ante a confirmação do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, de que o governo iniciaria "amplo processo de liberação de emendas".